XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS: DESAFIOS E DILEMAS PARA PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA URCA/IGUATU NA CONTEMPORANEIDADE

Luiz Khalill Silveira Pinheiro[1], Fernando Menezes Lima[2]

Resumo: A expansão da inteligência artificial (IA) generativa tem alterado a produção de trabalhos acadêmicos e desafiado a autoria, a integridade acadêmica e a avaliação da aprendizagem no ensino superior contemporâneo. Esta pesquisa analisou os desafios e dilemas de professores universitários da Universidade Regional do Cariri (Urca), campus Iguatu, diante do uso da IA na produção de trabalhos acadêmicos, especialmente em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Trata-se de estudo exploratório-descritivo, de abordagem mista (delineamento convergente paralelo) e corte transversal, com 20 docentes dos cursos de Direito, Enfermagem, Ciências Econômicas e Educação física, selecionados de modo não probabilístico, intencional e por cotas de cinco participantes por curso. Aplicou-se questionário de 28 questões, com itens fechados e duas perguntas abertas, analisados por estatística descritiva e análise de conteúdo de Bardin, com integração dos achados quantitativos e qualitativos. A maioria dos participantes reconhece dificuldade em estimular autonomia, pensamento crítico e valores éticos entre os estudantes, mas poucos apoiam a proibição geral da IA. 95% da amostra considera possível harmonizar o uso de IA com a integridade acadêmica, e todos defendem a declaração de uso pelo estudante. Na avaliação, apenas três declaram dificuldade para distinguir textos de estudantes e de IA, embora 19 docentes apontem obstáculos como a imprecisão dos detectores tradicionais de plágio e o conhecimento prévio do estilo de escrita do aluno. Dos 12 que já utilizaram detectores de IA, 11 os consideram pouco eficazes ou ineficazes. Há ampla demanda por capacitação docente (19/20) e por diretrizes institucionais (19/20), enquanto apenas um participante afirma existirem orientações oficiais na Urca/Iguatu, mas a consulta documental não identificou política consolidada na instituição. Conclui-se que os participantes adotam uma postura integracionista, regulada e transparente, ao mesmo tempo que afirmam a necessidade de formação docente e de políticas de uso ético da IA na graduação. Os resultados referem-se à amostra investigada e não são generalizáveis.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Integridade acadêmica. Percepções docentes. Avaliação da aprendizagem. Ensino superior.

1. Introdução

A crescente utilização da inteligência artificial generativa na produção acadêmica oferece oportunidades, como o auxílio à escrita e ao levantamento da literatura científica (Azambuja & Silva, 2024; Sousa et al., 2025), mas também suscita

[1] Universidade Regional do Cariri, e-mail: khalill.pinheiro@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, e-mail: fernando.menezes@urca.br

desafios relacionados à autoria, à integridade acadêmica e à avaliação das competências dos estudantes (Costa Júnior, 2024).

Nesse contexto, os professores ocupam posição central, uma vez que precisam avaliar os trabalhos acadêmicos, estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento de competências nos alunos, bem como orientá-los quanto aos usos adequados dessas ferramentas. Contudo, a dificuldade de identificar textos de IA e a eventual ausência de orientações institucionais podem comprometer essa tarefa. Embora as percepções docentes já venham sendo investigadas (Costa Júnior, 2024), são necessários estudos em contextos regionais (como o do campus Iguatu da Urca), que subsidiem práticas pedagógicas e políticas institucionais.

Sendo assim, esta pesquisa visa analisar os desafios e dilemas dos docentes da Universidade Regional do Cariri (URCA/Iguatu) quanto ao uso da IA em trabalhos acadêmicos, sobretudo no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), avaliando impactos na integridade acadêmica, na avaliação de aprendizagem e nas práticas pedagógicas, além de identificar estratégias de capacitação e diretrizes para seu uso responsável.

2. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, de corte transversal e abordagem mista com delineamento convergente paralelo (Creswell, Plano Clark, 2011). A amostra intencional e não probabilística reuniu 20 docentes da URCA (campus Iguatu), distribuídos igualmente entre os cursos de Direito, Enfermagem, Ciências Econômicas e Educação Física, selecionados por sua atuação na orientação de trabalhos ou ensino de pesquisa. A coleta de dados ocorreu via questionário de 28 questões (fechadas e duas abertas), abordando perfil, conhecimento, práticas, desafios avaliativos e estratégias pedagógicas quanto à inteligência artificial. O instrumento foi aprovado pelo CEP/URCA, sob o parecer nº 7.977.134, e aplicado no período de dezembro de 2025 a abril de 2026. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva (frequências absolutas e relativas), e os qualitativos por análise de conteúdo (Bardin, 2011). Devido ao tamanho amostral, a interpretação é puramente descritiva, sem generalização estatística.

3. Resultados e Discussão

3.1 Percepções docentes sobre integridade acadêmica e uso responsável de IA

Na Q13, 19 dos 20 participantes reconheceram dificuldade em estimular, nos estudantes, a aprendizagem autônoma, o pensamento crítico e o compromisso ético, e 13 relataram grandes dificuldades. A preocupação docente, portanto, vai além de detectar usos inadequados e alcança a preservação de competências formativas, razão pela qual Azambuja e Ferreira da Silva (2024) defendem repensar as estratégias pedagógicas nas universidades para valorizar o pensamento crítico e as competências éticas.

Apesar disso, não houve apoio predominante à proibição: 17/20 (85%) discordaram de que se deva proibir o uso de IA nos trabalhos acadêmicos (Q14), e

18/20 (90%) rejeitaram que ele deva ser desencorajado por prejudicar a qualidade e a veracidade dos conteúdos (Q18). Além disso, 19/20 (95%) consideram possível harmonizar a IA com a integridade acadêmica (Q15), e 17/20 (85%) admitem trabalhos originais, autênticos e críticos com seu auxílio (Q16).

Na pergunta aberta sobre usos adequados e éticos (Q21), a análise de conteúdo gerou três categorias: (1) tarefas operacionais, como correção gramatical e busca de literatura; (2) interlocução com a IA para aprimorar ideias e aprender, como esclarecer dúvidas e direcionar caminhos metodológicos; e (3) condições éticas, como a validação humana dos resultados e a vedação à substituição do pensamento crítico do aluno, que indicam caminhos concretos para a harmonização apontada em Q15 e Q16.

A convergência mais expressiva ocorreu na Q17: os 20 participantes defendem que o estudante declare o uso de IA, descrevendo como e para quê. Na Q20, 18/20 declararam analisar caso a caso a intenção, a finalidade e a forma de uso quando percebem que o aluno recorreu à IA. O conjunto sugere uma postura integracionista, regulada e transparente, em linha com Perkins (2023), para quem o que define a violação da integridade acadêmica não é o uso da IA em si, mas a explicitação desse uso pelo estudante, o que exige políticas institucionais atualizadas.

3.2 Avaliação da aprendizagem e identificação de conteúdo gerado por IA

Apenas 3/20 (15%) declararam dificuldade para distinguir um texto do aluno de um texto produzido por IA (Q22); 16/20 (80%) negaram, e um manteve-se neutro. Na Q23, contudo, que deveria ser pulada por quem não relatasse essa dificuldade, 19 participantes responderam, inclusive 15 dos 16 que a negaram; assim, as respostas foram interpretadas como fatores percebidos, e não necessariamente vivenciados. Os mais apontados foram a imprecisão dos detectores tradicionais de plágio diante de conteúdo de IA (12 participantes), a necessidade de conhecer previamente a escrita do aluno (10) e a crescente sofisticação dos textos de IA.

Há, portanto, uma tensão: embora a maioria declare não ter dificuldade, reconhece obstáculos objetivos à identificação. A confiança declarada parece apoiar-se no conhecimento prévio da escrita do aluno, critério tácito e de difícil comprovação, como sintetiza um participante: “o mais difícil é provar se usou IA”. Perkins (2023) demonstra que textos de IA podem escapar tanto de métodos tecnológicos de detecção quanto de docentes treinados, o que fragiliza critérios intuitivos.

Dos 12 participantes que já utilizaram detectores de IA (Q24), 11 os avaliaram como pouco eficazes ou ineficazes, o que dialoga com Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024), para quem a maioria desses detectores, sobretudo os gratuitos, não é confiável. Na Q25, a amostra dividiu-se quanto à necessidade de repensar os métodos tradicionais de avaliação (10 concordam, 9 discordam, 1 neutro). Os achados sugerem cautela em fundamentar a avaliação apenas na identificação da origem do texto, e reforçam a importância de procedimentos que acompanhem a aprendizagem e a autonomia intelectual dos estudantes. Nesse sentido, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) sugerem que a avaliação acadêmica não deve se fundamentar exclusivamente na identificação da

origem dos textos, mas também considerar a aprendizagem, a elaboração argumentativa e a autonomia intelectual dos estudantes.

3.3 Capacitação e políticas institucionais

Na Q11, 19/20 (95%) concordaram que precisam desenvolver novas competências para a docência em um ambiente marcado pela IA, e, na Q26, também 19/20 defenderam discussões abertas, diretrizes e programas de capacitação nas universidades. Nas respostas abertas (Q28), 11/20 (55%) citaram formação continuada docente e 7/20 (35%), manuais e diretrizes institucionais, em convergência com os dados quantitativos. Isso se alinha às diretrizes da UNESCO (Miao et al., 2021), que orientam fortalecer a formação docente para a colaboração humano-máquina e o desenvolvimento dessas competências nos estudantes.

Em contraste, na Q27 apenas um participante afirmou que a URCA/Iguatu já possui recomendações oficiais ou programas de capacitação sobre o tema; 11 responderam negativamente e 8 indicaram que estão em discussão. A consulta documental não identificou, até o momento, política, regulamento ou programa institucional voltado ao uso ético da IA na graduação.

Há, assim, descompasso entre a elevada demanda por capacitação e diretrizes (19/20) e a baixa institucionalização percebida (1/20), e entre a análise caso a caso (Q20) e a ausência de parâmetros institucionais, o que sugere discricionariedade docente sem referência normativa comum. Essa lacuna fundamenta recomendações de formação continuada, de diretrizes para a declaração de uso e de discussão sobre práticas avaliativas.

4. Considerações Finais

A pesquisa alcança seu objetivo ao analisar os desafios e dilemas dos docentes da URCA/Iguatu diante da IA na produção de trabalhos acadêmicos. Os participantes reconhecem a dificuldade de estimular autonomia, pensamento crítico e ética (19/20). Rejeitam a proibição geral (17/20) e defendem a integração regulada e transparente da IA, com declaração de uso (20/20). A identificação da autoria é frágil: os detectores são tidos como pouco eficazes (11 dos 12 usuários), e a confiança docente apoia-se em critério tácito, o conhecimento prévio da escrita do aluno. Há ampla demanda por capacitação e diretrizes (19/20), sem política institucional identificada. Recomendam-se formação continuada, diretrizes de declaração de uso e discussão de práticas avaliativas. Os resultados limitam-se à amostra intencional de 20 participantes e não são generalizáveis. Análises por curso e o aprofundamento qualitativo serão desenvolvidos em artigo científico posterior.

5. Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (Funcap) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Urca (Pibic-Urca) pelo fomento a esta pesquisa.

6. Referências

AZAMBUJA, Celso Candido de; FERREIRA DA SILVA, Gabriel. Novos desafios para a educação na Era da Inteligência Artificial. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, n. 1, p. 1–16, 2024. DOI: 10.4013/fsu.2024.251.07. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/27063. Acesso em: 23 out. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA JÚNIOR, João Fernando. A percepção docente sobre a utilização da inteligência artificial na educação superior - Centro Universo Belo Horizonte, Brasil, 2024. Tese (Doutorado). **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem,** [S. l.], v. 10, 2025. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/340. Acesso em: 23 out. 2026.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Designing and conducting mixed methods research**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011.

MIAO, Fengchun et al. **Inteligencia artificial y educación:** guía para las personas a cargo de formular políticas. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379376. Acesso em: 24 out. 2026.

PERKINS, Mike. Academic integrity considerations of AI large language models in the post-pandemic era: ChatGPT and beyond. **Journal of University Teaching and Learning Practice**, v. 20, n. 2, p. 1-24, 2023. Disponível em: https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.T202411130000959175171109 5. Acesso em 23 out. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa:** um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom, 2024.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; MASCIA, Márcia Aparecida Amador; CARRASQUEIRA, Karina. Ética e integridade acadêmica: desafios e possibilidades do uso de Inteligência Artificial no processo de editoração científica. **Praxis Educativa**, v. 20, p. 1–13, 2025. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/25513. Acesso em 23 out. 2026.